



5 de outubro 2022

ISSN 1094-5296

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores:** Busca e movimento/ magistério. Campinas-SP: Papirus, 1996.

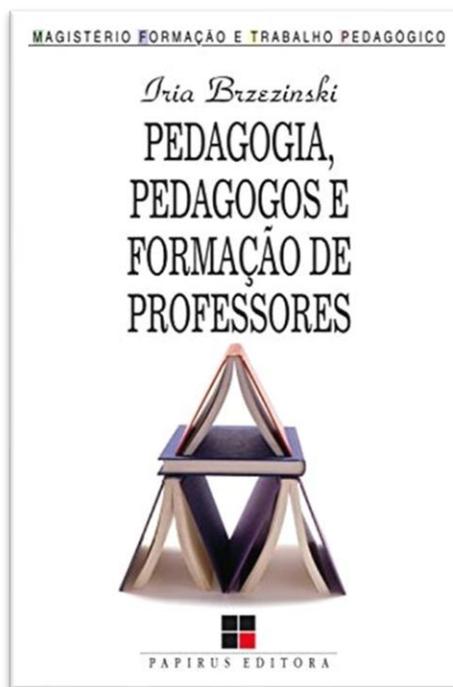
228 páginas

ISBN: 85.308.0403-1

Resenhado por Maria Esperança Fernandes Carneiro e Renato Barros de Almeida

**Instituição Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Brasil**

Ficamos pensando em como realizar a incumbência de elaborar a resenha da obra de Prof.^a Dr.^a Iria Brzezinski “PEDAGOGIA, PEDAGOGOS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES”, obra derivada de sua tese de doutoramento, defendida na USP em 1994. Todavia, enquanto introdução, pensamos que deveríamos, inicialmente, apresentá-la aos leitores e questionamo-nos, isto é: seria o melhor caminho começarmos nossa exposição apresentando o seu Currículo Lattes? Currículo este que é a expressão explícita de uma vida de trabalho intelectual que extravasa o regional e alcança nível nacional e internacional. Contudo, em tempos neoliberais, é de praxe apresentar os números, e estes impressionam, mas o que impressiona mesmo, é o resultado de trabalho concreto já realizado, disponibilizado e publicizado, onde estão conjugadas uma vida de estudos e produção de conhecimentos na área da Educação que são, sim, importantíssimas contribuições para a formação de pessoas. São, sobretudo, uma luta árdua por políticas e educação públicas socialmente referenciadas, valorização do trabalho docente, ou seja, correspondem à ampliação do diálogo constante com os movimentos sociais para vencer a ignorância e mostrar o contraditório caminho da



ciência. Assim sendo, a seguir estão muitas das contribuições expressas em seu Currículo Lattes:

Iria Brzezinski é de família de imigrantes que se estabeleceram de início no Sul do estado do Paraná, de descendência polonesa, que, já graduada em sua área, num segundo movimento migrou para Goiás.

O deslocamento do migrante parte da necessidade, mas também da esperança, de busca do novo, do ir, contudo, sem deixar de ser de onde se veio, numa expectativa de um voltar que não chega nunca mais. É movimento contraditório que perpassa toda vida.

Fez duas graduações pela Universidade Federal do Paraná, sendo elas Ciências Sociais e Pedagogia - Orientação Educacional. O Mestrado em Planejamento Educacional foi conquistado na Universidade de Brasília e o Doutorado em Administração Educacional e Economia da Educação na Universidade de São Paulo, seguido por estágio Pós-Doutoral.

Como Professora titular da PUC Goiás, em colaboração com o Professor José Carlos Libanê, fundou o mestrado e o doutorado em Educação desta instituição. Foi, também, Vice-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da UCG (1988-1990); Fundadora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás (1997-2001 e 2008-2010); e Avaliadora Institucional da Universidade Estadual de Goiás (2002-2011).

Sua atuação nos movimentos sociais foi de relevância como membro do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE); membro do Comitê Científico do GT-Formação de Professores da Anped e Vice Coordenadora do Comitê Científico da 38ª RA Anped 2017; membro Titular do Fórum Estadual de Goiás e do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado de Goiás, bem como Coordenadora do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador – CONARFE, que mais tarde se tornou a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, Presidente por três mandatos (1996-1998; 2008-2012; 2014-2016). Atuou, ainda, como membro titular da Comissão de Avaliação do Plano Estadual de Goiás.

Tem experiência em docência e pesquisa na área de Educação e Sociologia com ênfase em Políticas e Gestão Educacional, Planejamento e Avaliação Institucional, Formação de Profissionais da Educação, Movimentos Sociais e Currículo. Foi vice-presidente da Assembleia Geral do Centro de Investigação, Difusão e Intervenção Educacional de Aveiro-Portugal (CIDInE).

Colaborou como membro do Corpo Editorial e Consultora de diversas revistas/periódicos científicos nacionais e estrangeiros; como membro titular do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/Estado de Goiás; e como consultora Integrante da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Pedagogia do ENADE (2008-2014).

Professora da Universidade de Brasília (aposentada). Cientista visitante na Universidade de Aveiro/PT. Coordenadora da Rede Goiana de Pesquisa "Estado, Instituições e Políticas Educacionais" - REIPE da FAPEG. Coordenadora do Grupo de Pesquisa no CNPq "Políticas Educacionais e Gestão Escolar". Pesquisadora bolsista produtividade CNPq PQ 1.

PRODUÇÕES

- Artigos completos publicados em periódicos – 98
- Livros publicados/organizados ou edições – 43
- Capítulos de livros publicados – 62
- Textos em jornais de notícias/revistas – 9
- Trabalhos completos publicados em anais de congressos – 109
- Resumos expandidos publicados em anais de congressos – 7
- Resumos publicados em anais de congressos – 37
- Resumos publicados em anais de congressos (artigos) – 4
- Apresentações de Trabalho – 296
- Outras produções bibliográficas – 17
- Produção técnica - Assessoria e consultoria – 86
- Trabalhos técnicos – 646
- Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia – 34
- Demais tipos de produção técnica - 88
- Demais trabalhos – 31
- Participação em bancas de trabalhos de conclusão – 238
- Participação em bancas de comissões julgadoras – 73
- Participação em eventos, congressos, exposições e feiras – 717
- Organização de eventos, congressos, exposições e feiras – 32
- Orientações e supervisões concluídas - 117

A expressividade do contributo de tanto trabalho dispensa comentários.

O livro de Iria Brzezinski “PEDAGOGIA, PEDAGOGOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES” é uma obra de investigação histórica sobre a formação de profissionais da Educação, assim como retrata a preocupação dos educadores com a reformulação, ou possível extinção da Pedagogia que existe desde a sua constituição e no decorrer do seu desenvolvimento histórico.

O estudo informa que a busca da identidade do pedagogo e da Pedagogia foi a bandeira de luta que justificou o movimento em prol da formação dos profissionais da Educação, no final da década de 1970 adentrando a de 1980.

A formação de profissionais de educação é uma temática que tem sido tratada pela literatura educacional com os mais diferentes objetivos, e sob vários ângulos e critérios.

A autora sustenta que desde a sua dissertação de mestrado vem pesquisando a evolução do curso de pedagogia e que buscou na história da Educação brasileira as

relações do curso com as agências formadoras de profissionais da educação, quer em nível médio, quer em nível superior.

Neste sentido, as reflexões da autora caminharam em direção à mobilização dos educadores que, desde 1978, se organizaram e propuseram ações para preservar e atualizar o Curso de Pedagogia, uma vez que entendiam que as propostas do Conselho Federal da Educação (CFE 1975/1976), de reformulação do curso, na realidade, representavam a possibilidade de sua extinção.

O movimento nacional dos educadores, munidos dessa convicção, ou seja, dos perigos que corria o curso de pedagogia propôs a redefinição e a busca de sua identidade na formação de professores. Considerando os aspectos didático-pedagógicos, o movimento nacional apresentou proposição de reformulação curricular elaborada pelos próprios participantes do movimento. Tal proposta abrangia a formação do pedagogo em caráter científico, acadêmico, político, técnico, didático-pedagógico, respeitando e considerando as diversidades nacionais, regionais e locais. Entretanto, a reformulação do curso de pedagogia só seria possível se alcançasse todas as licenciaturas, pois possuem como centro a docência.

Buscando na história, a primeira proposta de Escola Normal Superior Pública surgiu no império, com o Decreto de 1892. A autora chama a atenção para as primeiras décadas da República, pois muitas foram as modificações no âmbito da educação a partir que a década de 1920, com a reforma Sampaio Dória. Em São Paulo foi criada textualmente, pela lei estadual 1750/1920, uma faculdade de educação que ao menos foi instalada. O que ocorreu concretamente foi a fundação, em 1931, da escola normal da capital que foi transformada em Instituto Pedagógico de São Paulo, com o objetivo de preparar técnicos e especialistas, isto é: inspetores, delegados de ensino, diretores e professores da escola normal.

Desse curso pós-normal de aperfeiçoamento originou-se a Faculdade de Educação, incorporada em 1935 à Universidade do Distrito Federal, reconhecida como modelo de escola por Anízio Teixeira, uma vez que tinha por fundamento a escola única como centro de referência para a formação de professores para as séries iniciais.

O curso de pedagogia só foi regulamentado em 1939 como parte integrante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para o qual foi adotado o padrão federal de esquema de organização de (3+ 1) dos bacharelados, a saber: inicialmente eram feitos os estudos das áreas específicas de saber, depois, os conteúdos pedagógicos do curso de didática que habilitavam o licenciado eram disponibilizados, no entanto, no caso do curso da pedagogia, havia o aprofundamento nas ciências auxiliares da educação que, após ministrados, eram viabilizados os conteúdos pedagógicos e didáticos.

O bacharel em pedagogia se formava técnico, sua função era indefinida no mercado de trabalho. Na sequência, esse profissional deveria cursar mais um ano de didática para se licenciar como pedagogo generalista, carecendo, portanto, de uma identidade própria, o que tem levado o profissional da educação à estigmatização desde então.

O curso superior de pedagogia formava professores para atuarem no ensino médio, entretanto, segundo Valnir Chagas, deveria formar professores para séries iniciais de escolarização como havia sido proposto por Anísio Teixeira na Escola Única. Tal proposta foi retomada por Chagas em seu parecer n.º 251/1962, e 252/1969, em suas indicações nos anos 1975/1976. A legislação elaborada por Valnir Chagas para o Conselho Federal de Educação resultou na reformulação no curso de pedagogia denominada de sistema Chagas, sendo tais pareceres ampliados pelas Leis n.º 5540/1968 e 5692/1971.

Essas reformulações possibilitaram ao CFE regulamentar e prescrever uma política de formação de professores que foi executada. Segundo Valnir Chagas a escola única de Anísio Teixeira era o que deveria propiciar a identidade do curso de pedagogia, em consideração ao seu objetivo primeiro, isto é, a formação de professores primários em nível superior. Entretanto, o despreparo dos professores secundários exigiu prioridade em sua formação.

O primeiro parecer (251/1962) fixou os currículos mínimos e tentou eliminar os esquemas três mais um (3+1), modificou, ainda, o tempo de duração do bacharelado e licenciatura de três para quatro anos. Iria aponta que o segundo parecer, elaborado já no regime militar, acabou descaracterizando a identidade do curso de pedagogia, pois se fundamentou na corrente tecnicista que possibilitava que não só o curso superior habilitasse o professor para o magistério, mas, também, o curso de magistério do segundo grau, e de outro o curso de Pedagogia, também formava os especialistas: supervisor escolar, orientador educacional, administrador escolar, planejador educacional e inspetor educacional.

Essa modalidade de formação provocou uma especialização sem conhecimentos básicos da formação de professor levando a embates entre pedagogos especialistas e pedagogos professores, uma vez que na hierarquia escolar os especialistas tinham *status* mais elevado do que o do professor. Também conferiu, em muitas unidades de federação, maior remuneração ao especialista do que aos pedagogos professores pela mesma jornada de trabalho. A autora direciona suas críticas tanto ao tecnicismo quanto à imposição de pacotes pedagógicos para preparação de recursos humanos para atuarem em todos os níveis educacionais e que colidiam com a cultura humanística de formação de professores nos Brasil.

A partir de 1980 constata-se a ameaça de extinção do curso de pedagogia dado as imposições do CFE, entretanto, encontraram resistência dos educadores que criam o Comitê **Pró-Formação do Educador**. O movimento contra a extinção do curso de pedagogia foi gestado nos cursos de pós-graduação, que também foi espaço de crítica e de resistência ao regime militar. A coordenação instalou-se em Goiânia/Goiás e contou com a gestão e participação dos professores/as da Universidade Católica e com a Universidade Federal, posteriormente foi transferida para São Paulo a Executiva Nacional. Todos os movimentos em nível nacional eram heterogêneos e emergiam das múltiplas tendências de transformação propostas pelos professores/as resultando em altos e baixos quanto a participação de seus colaboradores, isto, pois a mobilização tem fluxo e refluxo, e deve-se considerar, ainda, as dimensões continentais do país e a escassez de recursos.

A construção dos educadores do Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador contou com a contribuição do primeiro Seminário de Educação Brasileira Unicamp, em 1978, e a primeira Conferência Brasileira de Educação, em 1980 (CBE). Foi nesse espaço que surge o Comitê Nacional Pró-Formação do Educador - CONARFE, criado em 1980, e fundado como associação em 1992, e nomeada Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, responsável por diversos embates e vários anos de luta nos quais propôs a formação do educador/a contextualizado historicamente nas relações capitalistas e na crise educacional brasileira.

Como Comitê Pró-Formação do Educador privilegiou a produção científica documentada, pois objetivava alcançar o comitê nacional para obter divulgação, em todo o País, do material científico que vinha sendo produzido pelos professores/as em nível nacional sobre a formação do educador, com a finalidade de subsidiar os debates institucionais que formatavam os cursos de pedagogia, bem como, apresentar uma nova proposta de curso que fosse consenso nacional e que, ao mesmo tempo, enfrentasse e substituísse o Sistema de Chagas (1975/1976).

Na caminhada foram desenvolvidos estudos e pesquisas que consideraram o modelo de sociedade, as condições estruturais da universidade e o processo de desvalorização do profissional de educação. Também buscou-se a garantia de condições de trabalho adequada e de possibilidades de formação continuada reconhecidamente como direito profissional e dever da agência contratante.

Foram apresentados e discutidos objetivos nos encontros do movimento dos educadores em nível nacional, sendo parte deles: reformular o curso de pedagogia em sua dimensão política do ato educativo na reeducação do educador, como agente de transformação da realidade social. Onde a formação política constitui dimensão integrante da formação intelectual e pedagógica, assim como a reformulação das Licenciaturas. Os encontros Nacionais constituíram-se no *locus* privilegiado de discussão dos estudos e das reflexões dos educadores na construção da reformulação do curso de Pedagogia e das Licenciaturas.

Assim, o I Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE) foi realizado de 21 a 25 de novembro de 1983, em Belo Horizonte – Minas Gerais, e resultou no **“Documento de Belo Horizonte”**.

Em julho de 1984, a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, reunida em São Paulo em razão da 36ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizou, em nível nacional, uma avaliação sobre os resultados do processo de mobilização dos educadores/as e educandos/as em torno da reformulação dos cursos de licenciatura.

O II Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (CONARCFE) foi realizado em outubro de 1984, em Niterói/Rio de Janeiro com o objetivo geral de estabelecer novas diretrizes que deveriam nortear a reformulação dos cursos de formação de educadores.

Em maio de 1985 realizou-se a VIII Reunião da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação que definiu alguns parâmetros. Esse encontro fez também algumas reflexões de aspectos relevantes que, no contexto de transição da sociedade brasileira, implicariam num reexame das possibilidades e perspectivas para o movimento.

Em 1985 houve o III Encontro Nacional (ainda como Comissão Nacional para a Reformulação dos Cursos de Formação do Educador - CONARCFE), onde foi dada prioridade à rearticulação e à reorganização do movimento em âmbito nacional.

O IV Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), que se constituiu na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, foi realizado em julho de 1989, em Belo Horizonte – Minas Gerais. Esse encontro teve como objetivo geral obter um posicionamento do Movimento de Professores em relação à elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, como objetivo específico, debater questões consideradas pré-requisitos para a análise das propostas da nova LDB.

O V Encontro da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos do Educador (CONARCFE/ANFOPE) foi realizado em julho de 1990, também em Belo Horizonte -Minas Gerais, no Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro (IRHJP). A primeira finalidade básica definida em pauta foi discutida em uma assembleia específica que aprovou a transformação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE) em Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

De modo que o VI Encontro Nacional de Formação de Professores (ANFOPE), realizado em julho de 1992, na mesma cidade (Belo Horizonte-MG), encerra o período de organização e abre um novo: o da consolidação da associação como entidade nacional responsável pela articulação do debate em torno da questão da formação do educador.

O VI Encontro da ANFOPE ressalta o agravamento dos problemas da educação, desde a adoção das políticas neoliberais e indica possíveis propostas para modificação desse quadro que gradualmente transforma a educação num simples produto comercializável.

Os estudos e a reflexão teórica dos educadores no campo epistêmico da reformulação curricular avançam, razão pela qual estes profissionais passam a abandonar a ideia primeira de apresentar um projeto para regulamentação do curso que pudesse conferir-lhes uma identidade. A densidade das reflexões e dos documentos produzidos pelo movimento propiciaram análise mais global da questão, tendo a sociedade brasileira como a totalidade do movimento, o que permitiu o exame atencioso das complexidades de reformulações curriculares com seus conflitos e tensões, assim como com as especificidades regionais e locais.

Atentos aos problemas relacionados à educação em função da ação do neoliberalismo, os participantes do VI Encontro propuseram, a partir dos temas gerais abordados, uma reflexão sobre a crise de acumulação, a escola e a formação do

educador/a, aliada à discussão acerca das perspectivas e implicações da formação do/a profissional da educação inserido/a no contexto brasileiro.

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), como entidade formadora de profissionais da educação, tornou-se um dos sustentáculos do movimento social de professores, sendo que, por seu intermédio houve a elaboração de uma pauta mínima de referência que foi efetivada em nível nacional no ensino superior. A pauta mínima de formação do pedagogo fez parte da base comum nacional que poderia ser concretizada em eixos curriculares que se articulavam à relação teoria/prática.

A partir de então, ênfase foi dada à formação teórica, ao compromisso social, à democratização da escola e interdisciplinaridade, à identidade da formação do pedagogo, obtendo a docência como sua base a partir da década de 1990, quando o Curso de Pedagogia se firma em todo país e passa a formar o pedagogo como professor para atuar na escola e não como especialista. O objetivo do curso de pedagogia é a formação do pedagogo-professor para séries iniciais da escolarização. O especialista pedagogo passou a ser formado mais em cursos de especialização *Lato Sensu* do que em nível superior.

A Associação visou congregar os profissionais da educação, e constitui-se em canal de manifestação dos objetivos, aspirações, anseios, expectativas e interesses de seus membros e respalda a consolidação de propostas de educação de qualidade social na formação profissional do educador/a.

Brzezinski aponta como uma das conquistas desse movimento o direito de realizar experiências de reformulação de curso de formação de profissionais da educação que, por meio da luta de educadores atuantes no cotidiano escolar obteve êxito tão relevante que dificilmente o poder instituído poderá tomar decisões contrárias à vontade deles, sobre mudanças nos cursos, sem as manifestações dos mesmos, porque, agora, organizados em movimentos sociais, são reconhecidamente sujeitos coletivos coparticipes da construção histórica.

Referências

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento/ magistério**: Campinas-SP: Papirus, 1996. ISBN: 85.308.0403-1

CONARCFE. Documento Final I, II, IV e V **Encontros Nacionais de Reformulação dos Cursos de Formação dos Educadores**.191983,1986,1989 e 1990, mimeo.

ANFOPE. **Documentos Finais dos VI, VII, VIII e IX Encontros Nacionais da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**, 1992 a 1998.

_____. **Construindo um Plano Nacional de Educação**, Campinas, 1997, mimeo.

Acerca dos Autores da Resenha

Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro - Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás no Programa de Pós-graduação em Educação, mestrado e doutorado.

Dr. Renato Barros de Almeida – Atualmente é professor assistente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e professor Efetivo na Universidade Estadual de Goiás ambas nos Programa de Pós-Graduação em Educação e nos curso de Pedagogia.



Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas is supported by the Scholarly Communications Group at the Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University.

Copyright is retained by the first or sole author, who grants right of first publication to the *Education Review*. Readers are free to copy, display, distribute, and adapt this article, as long as the work is attributed to the author(s) and *Education Review*, the changes are identified, and the same license applies to the derivative work. More details of this Creative Commons license are available at <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. 

Disclaimer: The views or opinions presented in book reviews are solely those of the author(s) and do not necessarily represent those of *Education Review*.